

APRESENTAÇÃO

ASSIMETRIAS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL EM TRANSVERSALIDADE ÀS MODALIDADES DE ENSINO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Clarissa Haas¹Rosimar Serena Siqueira Esquinsani²

Desde o início do século XXI, é possível afirmar que o Brasil vem consolidando um ordenamento jurídico e normativo que redimensiona a modalidade da Educação Especial a partir da perspectiva da educação inclusiva. Dentre um conjunto de diretrizes, destacamos o Documento orientador da política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008) que celebrou seus 15 anos de publicação em 2023; a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência que, na mesma década, foi recepcionada integralmente como texto constitucional brasileiro (Brasil, 2009); a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), publicada na década seguinte, fortalecendo os direitos sociais das pessoas com deficiência no Brasil associada ao reconhecimento da deficiência como uma questão de direitos humanos e de construção de políticas públicas.

Considerando a inclusão escolar como uma diretriz inegociável, a retomada do percurso histórico referente a esse período nos aponta indícios de que a construção dos sistemas educacionais inclusivos no país vem constituindo-se como um movimento associado a avanços e retrocessos, bem como, a reiteradas disputas e tensões entre grupos sociais distintos envolvendo concepções éticas, políticas e pedagógicas antagônicas.

Neste sentido, o Dossiê **“Políticas de Educação Especial e inclusão escolar em transversalidade às modalidades de ensino na Educação básica - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação do Campo”**, parte do reconhecimento de que a educação inclusiva instiga a reflexão das

¹ Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS). Professora adjunta na Faculdade de Educação da UFRGS. Docente permanente do PPGEDU-UFRGS e do Mestrado Profissional em Educação Básica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar da UFRGS (NEPIE/UFRGS). E-mail de contato: haascla@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Licenciada em História pela UPF e Pedagogia pela Faculdade Anglo-Americano de Chapecó/SC. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Pq/CNPq. E-mail: rosimaresquinsani@upf.br

especificidades dos espaços e tempos escolares da Educação Básica associada às múltiplas identidades do público-alvo demandante da modalidade da Educação especial. Seu objetivo central é ampliar o debate no campo da pesquisa em educação sobre a dimensão da transversalidade da Educação Especial em relação às modalidades de ensino da Educação Básica, destacadas a seguir: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação do Campo.

Portanto, elegemos dar foco aos saberes e fazeres da Educação Especial assumindo a transversalidade como sua característica principal na contemporaneidade e as modalidades de ensino da Educação Básica como uma “forma escolar” que se relaciona diretamente com os fins da educação inclusiva. Conforme Comentário Geral n. 04 da Organização das Nações Unidas: “O objetivo da educação inclusiva deve ser a promoção do respeito mútuo, a valorização de todas as pessoas e a construção de ambientes educacionais em que a abordagem da aprendizagem, a cultura da instituição e o próprio currículo reflitam o valor da diversidade”³ (ONU, 2016, p. 06).

Além disso, considerando que a Educação Básica incorporou a partir do ordenamento jurídico o “comum” como princípio e a “diferença” como direito (Cury, 2002), as modalidades de ensino repercutem uma organização pedagógica específica em que a igualdade se articula com a equidade na escolarização de determinados grupos sociais historicamente discriminados, tornando-se injustificadas as assimetrias históricas e políticas que caracterizam o precário investimento do Estado nas respectivas modalidades.

Nas normativas nacionais, as etapas e modalidades de ensino são descritas em suas dimensões orgânicas, articuladas e sequenciais (Brasil, 2010; Brasil, 2022). Para o debate que propomos, interessa-nos destacar as duas primeiras dimensões citadas em relação às modalidades de ensino: “a dimensão *orgânica* é atendida quando são observadas as especificidades e as diferenças de cada sistema educativo, sem perder o que lhes é comum: as semelhanças e as identidades que lhe são inerentes” (Brasil, 2022, artigo 25, I). A dimensão da *articulação* “implica a articulação entre as dimensões orgânica e sequencial das etapas e modalidades da Educação Básica e a “ação coordenada e integradora do seu conjunto” (Brasil, 2022, artigo 25, II). Compreendemos essa última dimensão como a tradução da função da *transversalidade* da Educação Especial.

³ Tradução livre do texto original em inglês.

Pactuando tais premissas, o conjunto de artigos que compõem esse Dossiê pauta-se na dimensão da articulação e da *transversalidade* entre a Educação Especial e as respectivas modalidades de ensino na Educação Básica, sem perder de vista a dimensão orgânica de cada uma das modalidades. Assim, constituem os principais eixos temáticos de discussão:

- o direito à educação elaborado como justiça social aos estudantes público-alvo da Educação Especial cujos contextos singulares de vida os inscrevem como demandantes das modalidades de ensino da Educação Básica em evidência neste dossiê;
- a identificação do público-alvo da Educação Especial nas respectivas modalidades de ensino da Educação Básica em uma dimensão interseccional;
- a configuração política e pedagógica das modalidades de ensino em transversalidade à Educação Especial envolvendo distintos contextos escolares, sistemas e redes de ensino;
- os desafios, tensões e perspectivas em relação à inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação do Campo.

A partir dos eixos temáticos propostos, buscamos problematizar a relação assimétrica da produção da pesquisa em Educação Especial em relação às modalidades de ensino da educação escolar brasileira na Educação Básica. Refletindo movimento análogo àquele observado no âmbito das políticas educacionais, as modalidades de ensino têm tido pouco espaço no campo da pesquisa em Educação Especial comparado ao investimento em outras temáticas.

Em balanço da produção acadêmica do Grupo de Trabalho - Educação Especial (GT 15) nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) ocorridas entre 2011 e 2021, Jesus, Baptista e Caiado (2023) analisam os 149 trabalhos apresentados no período, sendo que no tema modalidades em diálogo com a Educação Especial identificam apenas 5 trabalhos: 02 dedicados à Educação de Jovens e Adultos (Haas, Baptista, 2013; Silva, 2021), 01 dedicado à Educação Profissional (Turchiello, 2019) e 02 tratando sobre a Educação do Campo (Nozu, Bruno, 2017; Domingos, Araújo, 2021). Considerando a importância da Associação na divulgação da pesquisa em educação, entendemos que esses indicadores constituem um alerta à comunidade científica nacional da área.

Ademais, em pesquisa da Educação de Jovens e Adultos em interface com a Educação Especial, Haas (2013) afirma a (in) visibilidade dos jovens e adultos com deficiência no texto

legal e normativo da política pública de Educação Especial como um cenário que contribui para a permanência de um quadro histórico que trata a EJA como um ensino de “segunda ordem” e compactua com a dupla exclusão dos jovens e adultos com deficiência: “Se, de um lado, as políticas públicas da EJA têm dificuldade de reconhecer seus coletivos, a Educação Especial também precisa definir ações para esse público” (Haas, 2015, p. 353).

Por sua vez, Caiado e Meletti (2011) ao tratar da Educação Especial em relação à Educação do Campo questionam-se: “Como pesquisadoras na área da Educação Especial, num determinado momento de nossa vida acadêmica, nos perguntamos: e a Educação Especial na Educação do Campo? Existe essa interface?” (Caiado, Meletti, 2011, p. 93). Transcorridos 13 anos da publicação das autoras, estendemos a pergunta a todas as modalidades em foco neste Dossiê: “Existe essa interface?”. Embora observemos deslocamentos do contexto apresentado no início do século XXI, compreendemos que o questionamento de Caiado e Meletti (2011) permanece atual e reiteramos o importante papel da universidade na universalização da produção do conhecimento em Educação Especial considerando as especificidades das modalidades de ensino.

Analisando comparativamente o número de trabalhos recebidos para este Dossiê na sua etapa de chamada pública⁴ e na sua composição final, temos subsídios para inferir que há uma tendência de expansão da pesquisa na interface da Educação Especial e da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, nos últimos anos, manifesta no maior número de textos desta publicação dedicados a essa articulação. Atribuímos esse movimento à expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir dos Institutos Federais de Educação, cuja publicação de sua lei de criação ocorreu no mesmo ano da publicação do Documento Orientador da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a; Brasil, 2008b).

Portanto, a criação dos institutos federais traz em seu bojo a aposta em uma sociedade mais democrática e inclusiva que, por meio da desterritorialização de seus campi, amplia consideravelmente a oferta da educação básica e profissional para todas as regiões do país, e simultaneamente qualifica sua comunidade acadêmica para serem produtores de conhecimento e de tecnologias e não meros consumidores ou reprodutores. (Haas, Sozo, 2020, p. 53)

⁴ Em conformidade com o “Edital de Seleção de Propostas de Dossiê da Revista Momento: Diálogos em Educação”, divulgado em 2023/2, este Dossiê é composto por 10 artigos, sendo que 6 textos foram indicados pelas organizadoras na proposta submetida ao Edital; e 04 textos foram aprovados em chamada pública da Revista com a coordenação/mediação da primeira organizadora do Dossiê.

Nossa compreensão é que a expansão da pesquisa na interface entre Educação Especial e Educação Profissional reflete a importante capilaridade da política dos Institutos Federais no país na oferta da educação e da formação para o trabalho, bem como, no desenvolvimento das dimensões da ciência e da tecnologia. Além disso, as pesquisas, reunidas neste Dossiê, com foco na escolarização das pessoas com deficiência nos Institutos Federais apontam como tendência que os pesquisadores dedicados a essa temática, em sua maioria, são aqueles que atuam nesse campo profissional, como servidores - docentes, gestores, técnicos administrativos em educação. Ou seja, são protagonistas dos processos de inclusão escolar no contexto da Educação Profissional e investigadores da conjuntura política ao qual fazem parte.

Em nossa leitura, a configuração dos Institutos Federais como espaços que fomentam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, desde os cursos técnicos de nível médio, associada à consolidação das políticas de ações afirmativas nessas instituições são alguns dos fatores que impulsionam a ampliação na pesquisa nesse escopo.

Conforme o Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023), a maioria das matrículas da Educação Profissional Técnica Nível Médio estão no ensino comum (99,7%), sendo a modalidade que tem o maior contingente de estudantes na escolarização na escola regular e aquela que teve a maior proporção de alunos incluídos entre 2018 e 2022 (7,5 p.p). Tratando a política pública como um “construto político e de pesquisa” (Muller e Surel, 2002, p. 12) compreendemos que a ampliação do acesso à escolarização nessa modalidade de ensino é um dos fatores que têm movimentado a “agenda pública”⁵ (Capella, 2020) e mobilizado os profissionais a pesquisarem sobre seus cotidianos. Ao mesmo tempo que com o ingresso dos estudantes com deficiência nessas instituições ampliam-se os desafios, e esses são manifestos nas pesquisas que compõem esse dossiê, observamos o engajamento dos atores da política pública na dimensão da pesquisa como uma perspectiva favorecedora para a qualificação das instituições em prol da inclusão escolar.

No conjunto dos 6 textos dedicados à referida interface há a presença de pesquisadores vinculados aos Institutos Federais das cinco regiões do país: Sul - Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Sudeste - Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Centro-Oeste - Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), Nordeste - Instituto Federal da Bahia

⁵ A formação de agenda é um dos elementos centrais no campo de análise de políticas públicas e envolve transformar questões de interesse público em prioridade governamentais.

(IFBA), Norte - Instituto Federal do Amazonas (IFMA).

Cabe ainda destacar que os textos apresentados neste Dossiê refletem a diversidade geográfica dos estudiosos das áreas da Educação e Educação Especial em âmbito nacional, pois reúne um coletivo de pesquisadores vinculados a 11 instituições de Ensino Superior e 06 Institutos Federais de Educação situados nas 5 regiões do país e a 3 Redes Públicas Municipais de Educação Básica. Além disso, propõe a internacionalização da pesquisa contando com a participação de pesquisadora vinculada à instituição de ensino superior mexicana. A seguir, apresentamos os textos convidando as/os caríssimas/os leitores à leitura e reflexão.

O primeiro texto do Dossiê discute a transversalidade da ação da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O texto, de autoria da pesquisadora *Clarissa Haas*, analisa os indicadores educacionais de acesso do público com deficiência na EJA no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul (RS) e problematiza a eliminação de barreiras nos contextos escolares da EJA com foco na acessibilidade curricular e no Atendimento Educacional Especializado. Fundamentada na concepção bidimensional de justiça social da estudiosa norte-americana Nancy Fraser, a autora aborda as referidas modalidades em interface. A transversalidade é abordada como um pilar estruturante da modalidade da Educação Especial em uma relação de complementaridade e horizontalidade *com* os saberes da EJA.

Na sequência, o artigo do pesquisador *Washington Cesar Shoiti Nozu* analisa as diretrizes políticas nacionais da Educação Especial na Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, no âmbito da Educação Básica. Trata-se de estudo documental cujos resultados apontam orientações textuais incipientes e de diferentes alcances para as modalidades supracitadas. Conforme o autor, faz-se necessária uma maior atenção às diferenças socioculturais e às necessidades educacionais dos estudantes demandantes dessas modalidades em prol da garantia do direito à educação.

O terceiro texto do Dossiê aborda a interface entre a Educação Especial e a Educação Indígena como uma articulação recente na política pública nacional. A autoria é de *Michele Aparecida de Sá, Augusto César Cardoso Mendes e Leticia de Oliveira Brazão*, e o objetivo do estudo é analisar as matrículas dos estudantes indígenas com deficiência nas 20 escolas públicas indígenas do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa descritiva que se utilizou dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica para a construção das análises. É apontado

o aumento expressivo das matrículas dos estudantes indígenas com deficiência nas escolas indígenas mineiras e o predomínio da condição da deficiência intelectual entre esses estudantes.

Compondo o quarto texto do Dossiê, as pesquisadoras *Tamara Magalhães* e *Érica Costa Vliese Zichtl Campos* abordam as possibilidades de articulação do Atendimento Educacional Especializado em uma escola do campo da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, tratando a experiência de uma docente especializada em Educação Especial como ferramenta analítica. Contextualizando o campo investigado, as autoras deflagram, por meio de indicadores educacionais e de pesquisas da área, a discrepância na oferta do Atendimento Educacional Especializado nas escolas urbanas em detrimento das escolas rurais e a cessação de escolas nos contextos rurais. Na dimensão da prática pedagógica do professor do Atendimento Educacional Especializado discutem a necessária articulação entre o planejamento pedagógico individualizado e a formação continuada docente junto aos profissionais da escola como um encontro sistemático dos saberes-fazeres docentes, o qual possibilita a reflexão crítica dos desafios que atravessam o contexto escolar campesino e a escolarização de estudantes com deficiência.

A interface da Educação Especial com a Educação Profissional é tema do quinto artigo, de *Graciela Fagundes Rodrigues* e *Rosimar Serena Siqueira Esquinsani*. As autoras discutem a materialidade da educação especial nos três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), apontando as especificidades e emparelhamentos das ações em cada um dos institutos.

Na continuidade, o texto de *Antônio Soares Júnior da Silva*, *Everton Rodrigo Santos* e *Gabriel Grabowski* apresenta um estudo de caso que integra um projeto de pesquisa desenvolvido no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). A referida investigação teve como objetivo analisar as percepções dos gestores de distintos campi da instituição a respeito dos processos de inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de ensino médio integrado à Educação Profissional. As concepções de inclusão dos gestores e os desafios envolvendo o financiamento da educação são os principais eixos em debate neste estudo.

Seguindo na pauta da Educação Profissional, as autoras *Daniele Pinheiro Volante*, *Carla Ariela Rios Vilaronga*, *Lívia Maria Reis Pereira* problematizam o fenômeno da

terceirização das equipes de apoio à inclusão escolar no âmbito dos Institutos Federais de Educação situados nas regiões nordeste, sudeste e sul do país. Conforme as autoras, nessas instituições a terceirização para atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial decorre de um entendimento de que a ampliação de recursos humanos para essa finalidade é uma necessidade transitória e condicionada às matrículas vigentes, desconsiderando a importância de equipes permanentes e efetivas para a reflexão contínua do trabalho educativo e para a implementação de ações colaborativas.

O oitavo artigo foi elaborado por *José Cavalcante Lacerda Junior e Mirian Freire de Oliveira Campos* e dá “voz” aos estudantes de um curso técnico integrado do Instituto Federal do Amazonas. Seu objetivo foi analisar as narrativas desses estudantes acerca de suas concepções de inclusão escolar de pessoas com deficiência instigando-lhes à análise dos processos institucionais. Para os autores, a escuta ativa dos estudantes é delineada como uma ação de pesquisa e, simultaneamente, como um caminho didático para fortalecer a construção de ambientes inclusivos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Ainda, no tema da interface entre a Educação Profissional e a Educação Especial, *Rafael Arruda Nocêra e Silmara de Oliveira Gomes Papi* apresentam estudo bibliográfico que investiga o estado do conhecimento no âmbito das pesquisas acadêmicas que articulam a condição da deficiência e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Os autores sinalizam a ampliação das pesquisas nesse foco, desde a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Institutos Federais de Educação e da intensificação das políticas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

O décimo texto de autoria da pesquisadora *Mónica del Carmen Reyes Verduzco*, transversaliza o escopo do presente Dossiê, discutindo conceitualmente o direito à educação, justiça social e democracia, a partir da relação com os três eixos de análise propostos por Nancy Fraser: redistribuição, reconhecimento e representação. Postula, por meio de sua narrativa, pela inclusão tomada como um desafio que exige o compromisso de todos os atores envolvidos no sistema educativo, argumentando que apenas através da redistribuição, do reconhecimento e da representação é que poderemos construir uma sociedade mais inclusiva e justa. A autora ainda afirma que a coexistência de um modelo de educação especial segregacionista com a educação regular limita o reconhecimento da diversidade e o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

No fechamento do Dossiê, segue a entrevista realizada por *Clarissa Haas* com a pesquisadora *Denise Meyrelles de Jesus* no tema da formação docente e a Educação Especial em transversalidade às modalidades de ensino na Educação Básica, onde foram pautadas questões políticas, pedagógicas e éticas que atravessam essa temática no contexto nacional e no âmbito dos entes federados na contemporaneidade.

Em suma, a transversalidade da Educação Especial está presente em distintas diretrizes orientadoras da política pública nacional, assegurando uma concepção sistêmica à organização dos serviços de apoio da Educação Especial em todas as etapas, modalidades e níveis de ensino. Transcorridos 15 anos da publicação da política de Educação Especial na perspectiva da educação no Brasil, questionamos a materialidade das ações transversais e interseccionais da Educação Especial em prol da ampliação das efetivas oportunidades de inclusão das pessoas com deficiência em interface com as modalidades de ensino. Compreendemos que tais modalidades têm especificidades próprias que associadas à Educação Especial necessitam de maior visibilidade nas iniciativas da política pública, podendo a pesquisa em educação contribuir com a ampliação de um debate plural, democrático e assentado nas diretrizes da inclusão escolar na sua radicalidade.

Desejamos que a leitura analítica dos textos publicados neste Dossiê contribua para fomentar novas pesquisas, em busca de equalizar as assimetrias históricas manifestas pelas políticas educacionais e pela pesquisa acadêmica na afirmação da Educação Especial em transversalidade às modalidades de ensino na Educação Básica.

Referências

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 6949 de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 0 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, jan. 2008. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB 07/2022**. Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio. Brasília, 2022. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=245461-pceb007-22&category_slug=novembro-2022-pdf-1&Itemid=30192 Acesso em: 30 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. **Resolução n. 04, 13 de julho de 2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 30 mai. 2024.

CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia. Ferreira. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.17 p. 93-104 mai./ago., edição especial, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/FTzh4pXQtgcNGxwPqbZBcwk/> Acesso em: 30 mai. 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **Revista de Administração Pública**. RJ, 54 (6):1498-1512, nov./dez. 2020. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7860747/mod_resource/content/1/2019Capella_ formação%20da%20agenda.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7860747/mod_resource/content/1/2019Capella_formação%20da%20agenda.pdf) Acesso em: 30 mai. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF/?format=pdf> Acesso em: 22 jan. 2024.

DOMINGOS, Cícera Mirelle F. da Silva. ARAÚJO, Clarissa Martins. A interface entre a educação do campo e a educação inclusiva em escolas do município de Caruaru - PE: significados que emergem das salas de recursos multifuncionais. **Anais... 40ª Reunião Nacional da ANPED**. Pará: UFPA, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_11 Acesso em: 22 jan. 2024.

HAAS, Clarissa; Baptista, Claudio Roberto. A Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial: os sujeitos e as políticas públicas em foco. In: **Anais... 36ª Reunião Nacional da ANPED**. UFG: Goiânia-GO, 2017. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15_3032_texto.pdf Acesso em: 22 jan. 2024.

HAAS, Clarissa. Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re) invenção da articulação necessária entre as áreas. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 347-360,

maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9038>
Acesso em: 03 abr. 2024.

HAAS, Clarissa. SOZO, Carolina Mross. Políticas e práticas pedagógicas de educação inclusiva no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS): Em foco o papel do Núcleo de Acessibilidade. **Revista Educação Especial em debate**. v. 05. n. 10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/32150> Acesso em: 03 abr. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica. 2022. Resumo Técnico**. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf Acesso em: 28 mai. 2024.

JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno. Produção de conhecimento no GT Educação Especial: uma análise de tendências e desafios (2011-2021). In: **Anais...** 41ª Reunião Nacional da ANPED. UFAM: Manaus, 2023. Disponível em: https://base.pro.br/sites/41anped/docs/12907-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 28 mai. 2024.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. **Análise das políticas públicas**. Pelotas, RS: EDUCAT, 2002.

NOZU, Washington Cesar Shoiti Nozu; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Interface Educação Especial - Educação do campo: tempos, espaços e sujeitos. **Anais...** 38º Reunião Nacional da ANPED. UFMA: São Luís, Maranhão, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT15_575.pdf Acesso em: 30 mai. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência. **General comment n. 4 on Article 24 - the right to inclusive**. CRPD/C/GC/4. Nova York: 26 nov. 2016. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRPD/Pages/GC.aspx> Acesso em 20 jun. 2024.

SILVA, Fabiane Maria. A manutenção da filantropia na Educação Especial via Educação de Jovens e Adultos: dados do Estado de Minas Gerais (2008-2019). **Anais...** 40º Reunião Nacional da Anped - UFPA, Pará, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=33 Acesso em: 08 jan. 2024.

TURCHIELLO, Priscila. A centralidade da produtividade nas tramas da articulação da Educação Profissional e Tecnológica com a inclusão. **Anais...** 39º Reunião Nacional da ANPED. RJ: UFF, 2019. Disponível em: 39.reuniao.anped.org.br/category/trabalho/?grupo_trabalho=gt15-educacao-especial Acesso em: 08 jan. 2024.

Citações e referências
Conforme normas da:

